



Relatório INSP-2019-0096 BI-2019-0086

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 17/09/2019 **Hora:** 9h00 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Cláudia MFG. Rosa

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção foi efetuada no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Varela e Cª, Lda. **NIPC/NIF:** 512004854

Sede/morada: Edifício Varela, Rua de Lisboa s/n

Código Postal: 9500-216 **Freguesia:** Ponta Delgada (São José)

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Varela & C.ª, Lda. - Ecocentro da do Faial

Endereço: Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral

Código Postal: 9900-062 **Freguesia:** Horta (Angústias)

Concelho: Horta **Ilha:** Ilha do Faial

Atividade principal: 49391 - Transporte interurbano em autocarros **CAE:** 49391

Outras atividades: 38212-Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos **CAE:** 38212

Período de funcionamento: De 2.ª a 6.ª feira: 9h00 – 12h00 e 14h00 – 17h00

Licenciamento da atividade: Alvará de Operador de Gestão de Resíduos N.º 8/DRA/2011 -1.ª ADENDA, válido até 15/12/2021

Coordenadas geográficas: **Latitude:** 38° 31' 38"

Longitude: 28° 37' 44" W



A Varela e C.ª, Lda. é um operador de gestão de resíduos (OGR) que opera na ilha do Faial, utilizando para o efeito as instalações identificadas no ponto 1.3 do presente relatório, conhecidas por Ecocentro do Faial.

O Alvará n.º 8/DRA/2011_1.^a Adenda autoriza a Varela e C.^a para as operações de armazenagem temporária de resíduos nas instalações do ecocentro do Faial com vista ao encaminhamento para destino final adequado.

O estabelecimento inspecionado é constituído por um armazém para armazenagem de resíduos e apoio administrativo e espaço exterior envolvente.

O espaço exterior é constituído pelo parque de contentores, destinado à contentorização dos resíduos para expedição para destino final adequado, bem como pela zona dos reservatórios, constituída por dois reservatórios para armazenamento temporário de óleos usados e águas oleosas, com 35 m³ e 25 m³ respetivamente.



3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

4.1.1 – São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte:

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input type="checkbox"/> Urbanas			
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Águas residuais provenientes do ecocentro e da oficina de reparação de veículos.	Separador de hidrocarbonetos	Poço absorvente
OBS:	<p>O Alvará N.º AR/2019/12, cujo titular é a BENSAÚDE, S.A., autoriza a descarga de águas residuais provenientes do ecocentro, da oficina de reparação de veículos e do posto de abastecimento de combustível. No entanto, <u>não existe posto de abastecimento de combustível naquela zona.</u></p> <p>As águas residuais que são encaminhadas para o separador de hidrocarbonetos são águas residuais contaminadas provenientes das águas de lavagem de pavimentos, águas residuais drenadas com potencial risco de contaminação por hidrocarbonetos e eventuais derrames, originários da zona do ecocentro (pertencente à Varela e C.ª) e da oficina de reparação de veículos (pertencente à Farias, Lda.), sendo a Varela e C.ª que procede à verificação mensal da fossa séptica e do separador de hidrocarbonetos, conforme registo de inspeção e limpeza apresentado pela empresa. De acordo com este registo, ainda não foi necessário proceder à limpeza ou extração de lamas da fossa séptica nem do separador de hidrocarbonetos.</p>		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.1.2 – Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração abrangidas pelo DLR n.º 18/2009/A, de 19/10.

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☐ Operador de gestão de resíduos; ☐ Valorização agrícola; ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art.60.º e n.º 2, art. 62.º, Lei 58/2005	Cumprido	Licença de Utilização dos Recursos Hídricos: Alvará N.º AR/2019/12, de 20/03/2019, válido até 22/03/2022, cujo titular é a Bensaúde, SA., mas que abrange as AR provenientes da zona do ecocentro da Varela e C.ª, Lda., bem como da oficina de reparação de veículos da Farias, Lda..
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Em 26/06/2019 foi enviado à DRA o Relatório de Ensaios N.º 14458/2019, de 25/06/2019, do INOVA. O parâmetro analisado, óleos minerais, cumpre o VLE (Valor Limite de Emissão na descarga de águas residuais, previsto no anexo XVIII do DL nº 236/98).
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º, DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos admitidos são pesados na báscula existente no estabelecimento e verificada a sua conformidade com a Guia de Acompanhamento do Transporte de Resíduos (GAR). Posteriormente, os dados recolhidos são enviados para a sede da empresa em Ponta Delgada, onde a GAR é validada ou, caso necessário, corrigida.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento em 2018

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos)

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER e Designação	Quantidade (Ton)	Operação
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos perigosos não urbanos		
	08 01 11 (*) – RESÍDUOS DE TINTAS E VERNIZES, CONTENDO SOLVENTES ORGÂNICOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,057	D15
	08 01 19 (*) – SUSPENSÕES AQUOSAS CONTENDO TINTAS OU VERNIZES, COM SOLVENTES ORGÂNICOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,068	R13
	10 01 04 (*) – CINZAS VOLANTES E POEIRAS DE CALDEIRAS, DA COMBUSTÃO DE HIDROCARBONETOS	0,537	D15 e R13
	13 02 08 (*) – OUTROS ÓLEOS DE MOTORES, TRANSMISSÕES E LUBRIFICAÇÃO	44,290	R13
	13 05 07 (*) – ÁGUA COM ÓLEO PROVENIENTE DOS SEPARADORES ÓLEO/ÁGUA	25,883	D15 e R13
	13 07 01 (*) – FUELÓLEO E GASÓLEO	315,606	R13
	15 01 10 (*) – EMBALAGENS CONTENDO OU CONTAMINADAS POR RESÍDUOS DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	2,407	R13 e D15
	15 02 02 (*) – ABSORVENTES, MATERIAIS FILTRANTES (INCLUINDO FILTROS DE ÓLEO SEM OUTRAS ESPECIFICAÇÕES), PANOS DE LIMPEZA E VESTUÁRIO DE PROTEÇÃO, CONTAMINADOS POR SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	6,117	R13 e D15
	16 01 07 (*) – FILTROS DE ÓLEO	1,252	R13 e D15
	16 01 14 (*) – FLUIDOS ANTICONGELANTES CONTENDO SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,200	R13
	16 05 08 (*) – PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS FORA DE USO, CONTENDO OU COMPOSTOS POR SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	1,160	R13
	16 06 01 (*) – ACUMULADORES DE CHUMBO	1,194	R13
	17 06 03 (*) – OUTROS MATERIAIS DE ISOLAMENTO, CONTENDO OU CONSTITUÍDOS POR SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,905	D15 e R13
	19 02 08 (*) – RESÍDUOS COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,497	R13
	SUBTOTAL =	400,173	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros resíduos não urbanos		
	08 01 12 – RESÍDUOS DE TINTAS E VERNIZES, NÃO ABRANGIDOS EM 080111	0,039	D15
	08 03 18 – RESÍDUOS DE TONER DE IMPRESSÃO NÃO ABRANGIDOS EM 080317	0,013	R13
	15 01 02 – EMBALAGENS DE PLÁSTICO	0,233	R13
	15 01 03 – EMBALAGENS DE MADEIRA	0,307	R13
	15 01 04 – EMBALAGENS DE METAL	0,181	R13
	16 01 03 – PNEUS USADOS	63,369	R13
	16 02 14 – EQUIPAMENTO FORA DE USO NÃO ABRANGIDO EM 160209 A 160213	1,694	R13
	16 05 09 – PRODUTOS QUÍMICOS FORA DE USO NÃO ABRANGIDOS EM 160506, 160507 OU 160508	0,046	R13
	16 06 05 – OUTRAS PILHAS E ACUMULADORES	0,159	R13
	SUBTOTAL =	66,041	
<input type="checkbox"/>	Resíduos hospitalares	Não aplicável	n.a.
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos urbanos		
	20 01 21 (*) – LÂMPADAS FLUORESCENTES E OUTROS RESÍDUOS CONTENDO MERCÚRIO	0,629	R13
	20 01 23 (*) – EQUIPAMENTO FORA DE USO, CONTENDO CLOROFLUOROCARBONETOS	1,714	R13
	20 01 25 – ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES	10,588	R13
	20 01 29 (*) – DETERGENTES CONTENDO SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	0,018	D15



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER e Designação	Quantidade (Ton)	Operação
	20 01 33 (*) –PILHAS E ACUMULADORES ABRANGIDOS EM 160601, 160602 OU 160603 E PILHAS E ACUMULADORES, NÃO TRIADOS, CONTENDO DESSAS PILHAS OU ACUMULADORES	0,745	R13
	20 01 35 (*) – EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO FORA DE USO, NÃO ABRANGIDO EM 200121 OU 200123, CONTENDO COMPONENTES PERIGOSOS	0,803	R13
	20 01 36 – EQUIPAMENTO ELÉTRICO E ELETRÓNICO FORA DE USO, NÃO ABRANGIDO EM 200121, 200123 OU 200135	15,972	R13
	20 01 39 – PLÁSTICOS	0,242	R13
	SUBTOTAL =	30,711	
	TOTAL =	496,925	
OBS:	As tipologias de resíduos admitidos no estabelecimento são as previstas no respetivo alvará de licença de OGR. No entanto, não é possível verificar se a quantidade de resíduos admitidos na instalação respeita a quantidade máxima de resíduos autorizados, dado que as quantidades de resíduos admitidos estão quantificadas em toneladas (ton.), enquanto que as quantidades de resíduos autorizadas estão quantificadas em m ³ . Não obstante, é do conhecimento da signatária que a DRA já está a diligenciar no sentido de retificar esta discrepância.		

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos)

Nome	Obs.
EDA – Electricidade dos Açores S.A. (Central Termoelétrica de Sta. Bárbara)	
Portos dos Açores S. A. (Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental)	
Grupo BENSAÚDE (Bensaúde Agentes de Navegação, Lda.; Farias, Lda.; Bencom Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A; Varela & C.ª, Lda.)	
ANA Aeroportos de Portugal, S.A. (Aeroporto da Horta)	
SATA Air Açores (Escala Horta)	
Atlanticoline, S.A.	
INSCO – Insular de Hipermercados, S.A. (Continente Modelo Horta)	
Câmara Municipal da Horta	
Serviços regionais públicos da ilha do Faial (SRTOP, SRAF, SREAT)	
CPR – Centro de Processamento de Resíduos da Ilha do Faial	
Oficinas de reparação automóvel	
Estabelecimentos de Restauração e Hotelaria	

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos)

LER	Designação	Quantidade (ton.)	Destino
16 02 14	EQUIPAMENTO FORA DE USO NÃO ABRANGIDO EM 160209 A 160213	0,186	Ambigroup Reciclagem, S.A. - REEE
16 06 05	OUTRAS PILHAS E ACUMULADORES	0,090	Não constam do mapa de registo de saídas de resíduos de 2018, ficaram armazenados na instalação para serem encaminhados em 2019, estando englobados no mapa relativo à armazenagem de resíduos de 2018.
20 01 21(*)	LÂMPADAS FLUORESCENTES E OUTROS RESÍDUOS CONTENDO MERCÚRIO	0,004	Ambigroup Reciclagem, S.A. - REEE
OBS:	Os resíduos produzidos na instalação resultantes da atividade de OGR não são contabilizados separadamente. Os resíduos que constam do mapa SRIR de 2018 como sendo produzidos na instalação (Ecocentro do Faial) são os referidos acima, <u>cujas quantidades aparentam ser exageradas</u> dada a dimensão do estabelecimento. Foi identificada também a produção de absorventes/panos de limpeza, contaminados por substâncias perigosas, que são armazenadas juntamente com resíduos da mesma tipologia, mas com origem noutros produtores, <u>não sendo contabilizados como resíduos resultantes da atividade.</u>		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

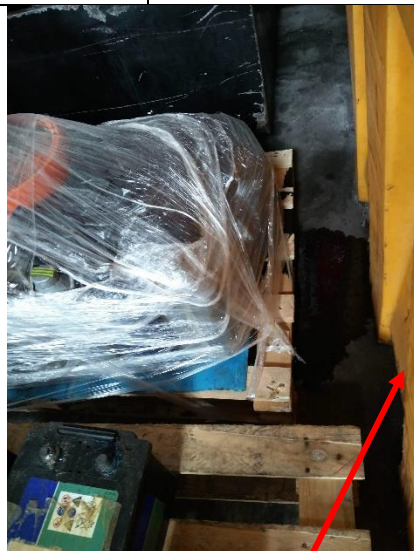
5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Alguns resíduos perigosos líquidos não se encontram armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, em violação da alínea d), art.º 33.º, DL n.º 29/2011/A (Figuras 2 e 3), apesar de, e de acordo com informação transmitida pelo trabalhador do ecocentro, os óleos minerais usados presentes nas figura 2 e 3 tinham acabado de chegar ao estabelecimento, provenientes da ilha do Pico.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Apenas foram avaliados os requisitos relativos às e-GAR solicitadas e apresentadas pelo operador.
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	De acordo com informação do SRIR, o mapa de registo de resíduos relativo a 2018 foi submetido na plataforma em 07/03/2019, fora do prazo previsto para o efeito, que termina no final do mês de fevereiro do ano seguinte ao que respeita o mapa.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Corresponde ao mesmo incumprimento referido na alínea c) acima, que viola igualmente o artigo 31.º, n.º 2, do DLR 24/2012/A, de 01/07.
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos.	DL 67/2014	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores.	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º, 58.º, DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos.	Art.º 54.º e 53.º, DLR 29/2011/A; Reg.(CE) 1013/2006	Não aplicável	



Figuras 2 e 3: Óleos minerais usados dentro do armazém, com derrames no pavimento.



Figura 4: Armazenamento de óleos minerais usados dentro do armazém.



Figura 5: Armazenamento de óleos minerais usados e águas oleosas no exterior, em reservatórios de 35m³ e 25m³, respetivamente, inseridos em bacias de retenção e com rede de drenagem no pavimento.

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) As instalações são constituídas por um edifício para apoio administrativo e armazenagem e parque de contentores destinada à contentorização de resíduos.	alínea a), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
b) A armazenagem das diversas tipologias de resíduos, é efetuada em área dedicada, de acordo com as respetivas características, tipologia e compatibilidade, e quando aplicável considerando as especificações definidas pelas entidades gestoras.	alínea b), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
c) Cada tipologia de resíduos é acondicionada de forma segregada e identificada num sistema de contentorização devidamente dimensionado e selecionado de acordo com as características do resíduo.	alínea c), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
d) Os resíduos líquidos e num estado que possa resultar risco de derrame são armazenados em sistemas de contentorização estanques.	alínea d), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido parcialmente	Alguns resíduos perigosos líquidos não se encontram armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção (Figuras 2 e 3). (corresponde ao mesmo incumprimento referido na alínea c) do quadro 5.2.1)
e) Está assegurada a impermeabilização da área de contentorização de resíduos, complementada com a instalação de bacias de retenção.	alínea e), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	A área de contentorização dos resíduos está cimentada.
f) A instalação está dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.	alínea f), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
g) Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. Sempre que aplicável, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor.	alínea g), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
h) Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará.	Art.º 36.º, alínea g), DLR 29/2011/A, e alínea h), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	Licença de Utilização dos Recursos Hídricos: Alvará N.º AR/2019/12, de 20/03/2019.
i) A instalação está equipada com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética.	alínea i), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
j) Existem de estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento.	Art.º 36.º, alínea a), DLR 29/2011/A; Alínea j), n.º 3, Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
k) Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Art.º 36.º, alínea b), DLR 29/2011/A; Alínea k), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
l) Está disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Art.º 36.º, alínea d), DLR 29/2011/A; Alínea l), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
m) Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º, alínea h), DLR 29/2011/A; Alínea m), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
n) Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do SRIR.	Art.º 36.º, alínea c), DLR 29/2011/A; Alínea n), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
o) É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos.	Alínea o), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
p) O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida.	Art.º 59.º e 60.º, DLR 29/2011/A Alínea p), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
q) As operações de gestão de resíduos a realizar contemplam unicamente a recolha e armazenamento temporário de resíduos, não existindo qualquer tratamento de resíduos que conduza à alteração do seu estado original.	Alínea q), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
r) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença..	Alínea r), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
s) Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança.	Alínea s), n.º 3, do Alvará 8/DRA/2011 _1.ª ADENDA	Cumprido	
t) Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores devidamente delimitadas e protegidas.	Art.º 36.º, alínea e), DLR 29/2011/A.	Cumprido	
u) Delimitadas e identificadas as áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações.	Art.º 36.º, alínea f), DLR 29/2011/A.	Não aplicável	Não foram identificadas matérias-primas nem produtos acabados e a quantidade de resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações não é significativo.



6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
	Não foram identificadas substâncias perigosas no estabelecimento, abrangidas por este capítulo

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte:

Fonte poluente	Tipo	Sector	Medidas de mitigação/tratamento
Não foram identificadas fontes de emissão de poluentes abrangidas pelo DLR 32/2012/A.			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	Não foram identificados equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa.	
5 ≤ TECO ₂ < 50		
50 ≤ TECO ₂ < 500		
TECO ₂ ≥ 500		

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
	A atividade não tem enquadramento neste âmbito.		

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	



7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	Não foram identificados equipamentos contendo gases prejudiciais para a camada de ozono.	
$3 \leq \text{Carga} < 30$		
$30 \leq \text{Carga} < 300$		
Carga ≥ 300		

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Recetores sensíveis: habitações	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	



9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º, DLR 31/2012/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º, DLR 31/2010/A	Não avaliado	

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

- Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º, DL 147/2008	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da existência de garantia financeira válida e em vigor que assegure a responsabilidade ambiental inerente à atividade. De acordo com informação da empresa o seguro de responsabilidade ambiental encontra-se em renegociação.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração	Enquadramento legal
a) Incumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, nomeadamente, alguns resíduos perigosos líquidos não se encontram armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção.	Viola a alínea d) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março; Viola também a alínea d) do n.º 3 do Alvará 8/DRA/2011_1.ª ADENDA, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

b)	Incumprimento do prazo de submissão do mapa de registo de resíduos no SRIR: o mapa de registo de resíduos relativo a 2018 foi submetido no SRIR em 07/03/2019, fora do prazo previsto para o efeito.	Viola o n.º 1 do artigo 168.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
c)	Incumprimento da obrigação de existência de garantia financeira válida e em vigor que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos.	Viola o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09/03, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência e de €240.000 a €5.000.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

11 – Indicações e medidas adotadas

11.1 – Notificação da empresa para regularização das infrações identificadas no ponto 10 do presente relatório. A regularização das infrações identificadas nas alíneas a) e c) deve ser comprovada junto deste serviço inspetivo através do envio de documentação que ateste a conformidade legal das situações identificadas. A regularização da infração mencionada na alínea b) apenas poderá ser verificada a partir do mês de março de 2020. A notificação contém ainda uma recomendação relativa a uma melhor avaliação e contabilização dos resíduos produzidos na instalação resultantes da atividade.

11.2 – Dar conhecimento à Direção Regional do Ambiente (Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Direção de Serviços da Qualidade Ambiental / Divisão de Resíduos) do presente relatório.

Horta, 11 de outubro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)